

O nosso habitat ideológico

Gaudêncio Torquato (*)

Somos uma gente de índole pacífica, cordata, acolhedora, criativa

Ascensão de um grupo de direita ao centro do poder no Brasil, depois de longo ciclo comandado por quadros com habitat nos espaços do centro e da esquerda do arco ideológico, abre um campo de dúvidas: esse novo grupamento terá vida longa? A tendência de fazer o país rumar à direita conta com base sólida no seio social ou é fruto de circunstâncias, na esteira de uma polarização que envolve partidos, líderes, setores, e que, por anos a fio, procurou estabelecer uma muralha entre ricos e pobres, “nós e eles”?

A resposta implica juntar um conjunto de variáveis, a partir da análise de traços do ethos nacional. Claro, observam-se traços de exagero em nossa índole: somos o país do melhor futebol do mundo; temos o pior desempenho em matéria de ética e moral; não temos muito compromisso com a verdade (em Petrolândia, nunca se tirou um pinga de petróleo; a mesma coisa em Petrolina; a Bahia de Todos os Santos? Ah, também é a Bahia de Todos os Pecados, como atestava Jorge Amado).

Somos a terra do “mais ou menos”. “Você trabalha quantas horas por semana?” “Mais ou menos 40 horas”. Ou o país das coisas relativas. “O senhor é católico?” “Sou, mas não costumou ir à igreja.” Não é isso mesmo, mestre Roberto da Matta?

Concorde-se, então, com a ideia de que o brasileiro, ante a dualidade “sim” e “não”, característica do anglo-saxão, prefere “talvez”, “depende”, “vamos ver”. No arco ideológico, essa posição estaria mais próxima ao centro do que às margens direita e esquerda. Esses traços superficiais, claro, não respondem às grandes questões que se fazem sobre o posicionamento político-ideológico do brasileiro. Mas ajudam a compreender o “modus brasiliensis” de ser.

Assim, é razoável se pensar que o povo brasileiro, fruto da miscigenação do índio, do negro e do português, sinaliza uma tendência para a moderação, para a integração de propósitos, a busca da paz. Sentimento reforçado pela coleção de gentes de outras terras que escolheram o Brasil como Pátria. O aspecto educacional surge como outro fator para análise dos nossos costumes. O alto índice de incultura, o subdesenvolvimento

econômico, social, cultural e político marcam fortemente a frágil cidadania.

Entramos na classificação de Bobbio, onde uma “cidadania passiva” prevalece sobre a “cidadania ativa”, servindo aos interesses das elites, que manipulam os eleitores. Por décadas a fio, cultivamos o “voto de cabresto”, como descreveu Vitor Nunes Leal, em Coronelismo, Enxada e Voto. Só mais recentemente – mais precisamente após a CF de 88 – os cidadãos passaram a escalar o patamar mais alto da cidadania.

O fator econômico é outra bússola para verificação dos rumos da ventania ideológica. Dinheiro no bolso, capaz de suprir as carências familiares, alimento, segurança, enfim, o conforto oferecido pelo Produto Nacional Bruto da Felicidade (PNBF) agem como motores da política. Se o sistema político proporcionar aumento da felicidade coletiva, ganhará o apoio e os votos de eleitores, a partir das margens carentes. É quando a opção política se dá pela via do pragmatismo.

Por último, lembre-se que o PT construiu a muralha da divisão de classes, o “nós e eles”. Por mais de três décadas, a cantilena bateu na mente nacional. Até que se deu o estouro da boiada, os escândalos em série que vieram à tona com o mensalão. A máscara do PT caiu. Seus líderes foram presos. O carismático Lula, na prisão em Curitiba, atravessa a pior fase de sua vida. O Partido dos Trabalhadores procura um caminho.

Dito isto, voltemos às perguntas iniciais. A resposta abriga o conjunto de fatores acima descritos. Mas o pragmatismo deverá orientar as vontades. Se a direita de Bolsonaro acertar e garantir o PNBF, ganhará força para continuar como habitat da maioria. A recíproca é verdadeira. O fato é que direita, esquerda e centro perdem importância. Servem melhor na sinalização do trânsito. O bolso passa a ser o termômetro do corpo nacional.

De qualquer forma, a tese pode ser esta: para manter apoio, a direita deve evitar posicionamentos radicais, evitando contribuir para o apartheid social. E observar que a vontade nacional, por maioria, vê o centro como o espaço de harmonia e integração.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação Twitter@gaudenciotorquato. Acesse o blog (www.observatoriodaeleicao.com).

Governadores do Norte e do Nordeste querem garantia de verba

Os governadores do Norte e Nordeste desembarcam hoje (4), em Brasília, para acompanhar de perto as votações sobre securitização da dívida ativa e a regulação da cessão onerosa de gás e petróleo

Eles também pretendem ter uma reunião com o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, para conversar sobre os fundos partidários dos estados e municípios.

“A União precisa parar com esta concentração permanente de receita e quebra do pacto federativo. Na última semana foram aprovadas urgências e avançamos nos entendimentos e agora vamos cuidar de, por acordo, viabilizar a votação. Se a União precisa de receitas, imagine quem está lá na ponta cuidando das demandas do povo”, disse Wellington Dias (PT), governador do Piauí

Na Câmara, eles vão acompanhar a votação do projeto que trata da securitização da dívida



Governadores do Norte e Nordeste vão acompanhar votações sobre securitização da dívida ativa e a regulação da cessão onerosa de gás e petróleo.

ativa. O texto autoriza a União, os estados e os municípios a cederem, com ônus, os direitos

originados de créditos tributários e não tributários, inclusive inscritos em dívida ativa.

No comunicado, a assessoria do governador do Piauí informa que o projeto “estabelece uma forma moderna de combater a sonegação e gera receitas para déficit da previdência e investimentos”. Segundo o texto, o projeto conta com interesse dos estados, municípios e a União.

Outro tema que interessa aos governadores é o projeto que trata da regulação da cessão onerosa de gás e petróleo, no qual o governo cedeu uma parte da área do pré-sal para a Petrobras, que teve o direito de explorar 5 bilhões de barris de petróleo. Com a descoberta de volume maior de petróleo na área, o governo irá vender o excedente da área (ABR).

Senado analisa logística reversa para óleo de cozinha

A Comissão de Meio Ambiente do Senado, em reunião agendada hoje (4), deve analisar um projeto que estabelece o descarte do óleo de cozinha por logística reversa. O projeto do senador José Medeiros (Pode-MT) inclui o óleo de cozinha e demais gorduras de uso culinário na lista de produtos do sistema de logística reversa. A intenção é repassar aos fabricantes a responsabilidade pela coleta, reaproveitamento e descarte correto desses materiais.

Para o relator da proposta, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), a expectativa é de que a iniciativa traga impactos positivos sobre a coleta e a reciclagem de óleos e gorduras comestíveis. Cristovam sugeriu modificações ao projeto, incluindo o pedido de elaboração de estudos de impacto ambiental e econômico pelo poder público, em parceria com o setor empresarial, para identificar a melhor forma de relacionar a viabilidade de implantação da logística reversa e os ganhos ambientais. A votação na Comissão é terminativa: se for aprovado e não houver recurso para análise no Plenário, o projeto será enviado à Câmara (Ag.Senado).

Em debate a retomada das obras da Transnordestina

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado marcou para hoje (4) uma audiência pública com autoridades do governo, da concessionária Transnordestina Logística e do TCU para debater um novo projeto, apresentado pela concessionária, visando à retomada das obras de construção da ferrovia Transnordestina. As obras estão paradas há quase dois anos, após uma fiscalização feita pelo TCU.

O relatório do ministro Walton Alencar concluiu que “o regime da legalidade administrativa não tolera a liberação de recursos públicos para empreendimentos que apresentam um alto risco de não conclusão”, quando nem sequer há elementos que permitam aferir o custo real da obra. O pedido para a realização da audiência partiu do senador Armando Monteiro (PTB-PE).

Ele lembrou a relevância estruturante que a Transnordestina terá para o Nordeste. Com 1.753 km de extensão, o projeto passa por 81 cidades, de Eliseu Martins (PI) aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE). Cerca de R\$ 6,3 bilhões já foram investidos em



Operários trabalhando na construção da ferrovia, em 2015: obras estão paradas há quase dois anos.

mais de 10 anos, com estágio de conclusão de 52%, informou o senador. Ele sustenta que a Transnordestina permitirá, numa estrutura multimodal, escoar a produção do oeste baiano e do sul do Maranhão.

A produção de minérios, soja, algodão, milho e frutas da região seria escoada para mercados externos pelos portos de Suape e Pecém. “A estimativa é que a ferrovia transporte 30 milhões de toneladas de carga por ano, reduzindo os custos aos produtores, hoje obrigados a escoar sua produção por caminhões, que transportam a carga aos portos do Sudeste”, explica.

Pelo novo projeto, a obra só será concluída em 2027, exigindo um aporte adicional de R\$ 6,7 bilhões. O objetivo da audiência é justamente conhecer de forma mais aprofundada o novo projeto e as fontes de financiamento, além de sua funcionalidade num prazo mais curto. O senador reforça que um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou que o projeto original tornou-se inviável. Por isso a CNI também defende a mudança para um projeto menos ambicioso tecnologicamente e mais econômico (Ag.Senado).

Comissão especial vota hoje o novo Código Comercial

A comissão temporária para reforma do Código Comercial vota na hoje (4) o relatório do senador Pedro Chaves (PRB-MS). Ele é favorável, com mudanças, ao projeto elaborado por uma comissão de juristas e apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), então presidente do Senado. O texto disciplina a organização e a exploração de empresas nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo.

Pedro Chaves leu o relatório no dia 21 de novembro. O novo Código Comercial tem mais de mil artigos. O texto classifica como empresa a atividade econômica organizada para produção de bens e serviços. O projeto define como empresário formal aquele inscrito no Registro Público de Empresas — as antigas juntas comerciais.

O projeto admite a existência do empresário individual, que



Senador Pedro Chaves (PRB-MS), relator do novo Código Comercial.

poderá se inscrever no Registro Público por meio eletrônico. Ele deve exercer a atividade em regime fiduciário: no caso de falência, o patrimônio pessoal não pode ser usado para pagar dívidas da atividade empresarial.

Caso não faça a inscrição no Registro Público, o empreen-

dedor passa a ser considerado empresário individual informal. “O Código Civil passa a ser aplicável apenas subsidiariamente, naquilo que não for regulado pelo Código Comercial. Afasta-se ainda a incidência do Código de Defesa do Consumidor nas obrigações entre empresários”, explica Chaves (Ag.Senado).

Otimismo quanto à recuperação da economia

A senadora Ana Amélia (PP-RS) afirmou que já se nota a volta da confiança e uma expectativa positiva quanto à recuperação da economia. Ela apontou diversos sinais de que isso já está acontecendo — e de maneira mais forte — desde setembro, quando houve, por exemplo, um aumento substancial no número de carteiras de trabalho assinadas, o maior dos últimos cinco anos.

Para ela, isso derruba a narrativa da oposição de que a reforma trabalhista viria a tirar direitos dos trabalhadores. De acordo com a parlamentar, é preciso enxergar a realidade com senso de responsabilidade e não apenas com aquela visão destrutiva de que nada dá certo, de que tudo vai dar errado.

“E a oposição tem o dever, sim, de fiscalizar, de criticar, de exigir explicações do governo, mas não tem o direito de destruir as coisas que estão sendo construídas com muito sacrifício pela sociedade brasileira” (Ag.Senado).

Jair Bolsonaro se encontrará com Trump em março



Bolsonaro deve se submeter a cirurgia no dia 20 de janeiro.

O presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro, disse no domingo (2) que deve se encontrar com o homólogo norte-americano, Donald Trump, em março de 2019. Bolsonaro compareceu ao Allianz Parque, onde assistiu ao jogo entre Palmeiras, time do qual é torcedor, e Vitória, pela última rodada do Campeonato Brasileiro.

Após a vitória por 3 a 2 do clube paulista, o presidente eleito entregou a taça da competição a jogadores e comissão técnica. Perguntado no aeroporto de Congonhas sobre o encontro com Trump, ele respondeu que a reunião ocorreria “só em março, após a cirurgia”. A Casa Branca ainda não confirma a realização da cúpula.

Bolsonaro deve se submeter no próximo dia 20 de janeiro a uma cirurgia para a retirada da bolsa de colostomia e religação de alças do intestino delgado, dando continuidade à recuperação dos ferimentos a face sofridos durante a campanha eleitoral. O procedimento estava previsto para o próximo dia 12 de dezembro, mas teve de ser adiado devido a uma inflamação observada em uma tomografia abdominal.

Após a cirurgia, o período de recuperação deve durar de 10 a 15 dias, devido a uma paralisia intestinal pós-operatória que, segundo Antonio Macedo, médico de Bolsonaro, é normal em casos como o do presidente eleito (ANSA).

A importância do refino do petróleo para o Brasil

As comissões de Trabalho e de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados realizam, hoje (4), uma audiência pública para discutir o refino do petróleo como uma questão estratégica para o Brasil. O debate foi proposto pelos deputados do PT Bonh Gass (RS), Leonardo Monteiro (MG) e Jorge Solla (BA). “O refino é o conjunto de processos destinados a transformar o petróleo em derivados e é vital para que se garanta o abastecimento do País. Por esse motivo,

é estabelecida constitucionalmente a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional”, explicam os parlamentares.

O parque de refino brasileiro tem 17 refinarias, com capacidade para processar aproximadamente 2,3 milhões de barris por dia. Treze dessas refinarias pertencem à Petrobras e respondem por 98% da capacidade total. Os deputados lembram que, em abril, a Petrobras informou que venderia 60% da participação acionária de quatro

refinarias nas regiões Nordeste e Sul, mas uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski suspendeu as negociações.

“Os desinvestimentos em refino distanciarão a Petrobras de seu objeto social, que tem foco na integração das atividades e na cadeia de agregação de valor”, apontam os parlamentares. Eles querem avaliar as consequências de uma possível privatização do refino do petróleo para o País (Ag.Câmara).